

A importância dos botecos

Categories : [Maria Tereza Jorge Pádua](#)

Pinga boa em boteco alegre é sempre um estimulante. Foi assim que, no ano de 1977, dois grandes cientistas e ambientalistas brasileiros, Ângelo Machado e Célio Vale, começaram a discutir a necessidade de se preservar a região dos Gerais, que ambos conheciam bem, através de seus estudos. A idéia não se perdeu com os vapores do álcool e, pouco a pouco, chegou às autoridades da época. Por um motivo ou outro, a instituição então responsável pelos parques nacionais, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), não pôde considerar a proposta. Assim aparentemente ela havia morrido.

Uma década depois, em 1986, foi criada a primeira fundação ambiental no Cerrado: a Funatura. Esta instituição nasceu com dois projetos ambiciosos. O primeiro foi reviver uma idéia dos cientistas do boteco, cuidadosamente preservada (e não no álcool), de proteger uma parcela dos Gerais. O outro era fomentar o estabelecimento de santuários de vida silvestre particulares, hoje conhecidos como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (nome tão difícil como burocrático, simplificado pela infalível ainda que complexa sigla RPPNs). A história da Funatura com os santuários da vida silvestre fica para outra ocasião.

Os Gerais, uma unidade do Cerrado, à margem esquerda do rio São Francisco, entre o noroeste de Minas Gerais e o oeste da Bahia, ocupam 13 milhões de hectares e não possuíam na época nenhuma unidade de conservação, quando a soja começou a dominar a região, principalmente devido ao asfaltamento da BR-020 e ao baixo custo das terras. Tornava-se urgente, portanto, salvar alguma coisa. Os estudos técnicos e científicos da Funatura naquela imensa região, financiados pelo World Wildlife Fund (WWF), com apoio da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) e do já mencionado IBDF, resultaram na apresentação de duas propostas de áreas protegidas: a criação de um Parque Nacional, o do Grande Sertão Veredas, e de uma Estação Ecológica, mais ao norte, no estado da Bahia, que não prosperou. A área proposta para o Parque é muito importante para se preservar uma amostra da biodiversidade de uma área que abriga os ancestrais silvestres do caju, do abacaxi e do amendoim, entre muitas outras espécies úteis.

A Funatura, para obter a aprovação da sua proposta, fez tamanho barulho em prol do estabelecimento do Parque Nacional, secundada por várias entidades ambientalistas, que seus dirigentes foram recebidos pelo próprio presidente da República, levados pelo jornalista Fernando Mesquita, primeiro presidente do Ibama. Salvar uma parcela da área imortalizada por Guimarães Rosa sensibilizou José Sarney, hoje ilustre imortal da Academia Brasileira de Letras, que assinou, em 1989, o decreto de criação do Parque Nacional do Grande Sertão Veredas, com pouco mais de 84.000 hectares, no estado de Minas Gerais.

A partir de 1990, através de um convênio elaborado entre o recém-criado Ibama e a Funatura, esta entidade tem sido co-gestora do Parque Nacional do Grande Sertão Veredas, um fato então

inédito no nível nacional. Outros dois fatos importantes se sobressaem na administração desta área protegida. O primeiro é que a Funatura, com recursos da The Nature Conservancy, obteve em 1992 o primeiro e único projeto que existe no Brasil de conversão da dívida externa para o meio ambiente. Assim, dois milhões e duzentos mil dólares foram adquiridos pelo valor de mercado e seus juros de 6% ao ano são repassados à Funatura para a gestão deste Parque Nacional. São 132.000 dólares por ano em um prazo de 20 anos. Projetos tão longos com recursos certos são extremamente significativos para um bom manejo, o que na realidade vem acontecendo. Com estes recursos se garante pelo menos o pagamento dos guarda-parques, do técnico de campo e do coordenador do projeto, bem como de equipamento mínimo para sua proteção e manejo. O chefe do Parque é evidentemente funcionário do Ibama. Outros recursos vêm de outras fontes e, também, do Ibama, principalmente para o entorno do Parque Nacional e trabalhos com as comunidades vizinhas.

Outro fato pouco comum no trato com Parques Nacionais foi o uso do instrumento de reforma agrária para sua regularização fundiária. Na área primitiva do Parque, ou seja, nos seus 84.000 hectares, foram cadastradas pela Funatura e posteriormente pelo Incra 90 famílias de posseiros e pequenos proprietários. Após anos de uma condução amistosa e prudente de desocupação, sempre com a participação ativa dos envolvidos, o Incra adquiriu, a pedido do Ibama, duas fazendas contíguas, para o reassentamento das 80 famílias que ocupavam ou ainda ocupam o Parque. Esta etapa foi alcançada com o apoio excepcional de dois personagens que merecem ser citados: o então ministro da Reforma Agrária, Raul Jungman e o então presidente do Incra, Sebastião Azevedo. O Parque tem, ainda, algumas fazendas no seu interior, mas caminha celeremente para seu domínio pleno pelo Poder Público. Este processo demonstra que, quando as autoridades realmente querem, pode-se desocupar uma área protegida sem conflitos e sem piorar as condições de vida das famílias pobres reassentadas. Ao contrário, melhorando-as notoriamente.

Neste caso, desde a proposta, criação e implementação do Parque, até mesmo para a confecção de seu plano de manejo, esteve junto com o Ibama uma ONG séria e atuante. Esta mesma instituição, com o órgão governamental, propôs e conseguiu após muita luta e com participação de vários setores da sociedade triplicar, neste governo, o tamanho do Parque Nacional do Grande Sertão Veredas, que ficou com cerca de 280.000 hectares. Mas é evidente que já tem gente lutando contra ou querendo anular o decreto de expansão do parque - no caso o Deputado José Carlos Aleluia, da Bahia.

O que se tira da história acima é que, desde a visão de quem teve a idéia original, até sua implementação, em momentos oportunos, muita luta houve de cientistas, técnicos, autoridades, guardas, não-governamentais, universidades e até mesmo de políticos de distintas colorações partidárias e de distintos governos, para que nos Gerais se tenha um Parque, já quase totalmente circundado pela soja. Esta área abriga, além de extensas e magníficas veredas, nascentes do rio São Francisco e do rio Grande, outros rios e cachoeiras, muitas espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção, como tamanduá bandeira, tatu canastra, lobo guará, cervo do pantanal,

veado campeiro, onças, gatos do mato, gaviões, araras. Até mesmo um ninho de jaburu lá foi encontrado. Mas, para falar do que os economistas entendem melhor: lá é o centro endêmico de plantas de alto valor econômico como o caju, o abacaxi e outras frutas no momento menos populares, como o pequi, o araticum, a mangaba, a gabirola, o baru, o amendoim, a garibola, a macaúva. Hoje elas já são encontradas em vários supermercados da região dos cerrados. E, como outras espécies da Amazônia, podem se converter em itens de industrialização, comércio interno e até exportação. Sem o Parque, esse patrimônio genético poderia ser extinto ou reduzido.

É um parque lindo, fruto do esforço e trabalho de homens e mulheres inspirados na conservação de um pequeno pedaço do famoso Gerais, que tanto impressionou e motivou Guimarães Rosa no seu estupendo livro *Grande Sertão: Veredas*. Ângelo e Célio estavam certos. Acreditaram há quase três décadas que a área necessitava de um Parque Nacional. Atualmente ninguém discute a importância dele. Mas, do mesmo modo que poucos lembram da iniciativa dos dois cientistas, talvez seus propositores sequer tenham noção do quanto teve de lutar uma pequena instituição como a Funatura, com seus parceiros e funcionários, em especial seus esforçados guardas, para tornar realidade a proteção de um resquício do Cerrado em área já quase totalmente arrasada pela soja.